

G-7 quer “globalização humana”

Os sete líderes do mundo industrializado querem um “modelo social europeu”

por Pepe Escobar
de Paris

O G-7 concluiu seu 22º fórum, em Lyon, propondo-se a aliviar a dívida dos países mais pobres do planeta e ao mesmo tempo preservar uma espécie de “globalização com rosto humano”, encarnada em um “modelo social europeu”. O modelo, no entanto, já conta com 23 milhões de desempregados – e subindo. Mesmo reconhecendo no comunicado final os “riscos de agravamento de desigualdades em países pobres e os riscos de marginalização em certas regiões do mundo”, o G-7 – especialmente por meio do presidente francês Jacques Chirac – acredita ser possível “dominar a globalização” e repartir a prosperidade para todo o globo até o início do século 21.

O G-7 foi criado por um ex-presidente francês, Valéry Giscard d'Estaing, em 1975. Chirac prosseguiu sua estratégia diplomática global contornando o grave problema da legitimidade do grupo, ao se erigir como defensor dos excluídos. Antes do encontro, despachou emissários para os quatro cantos do mundo. O presidente Fernando Henrique Cardoso transmitiu-lhe as sugestões do Brasil antes de sua visita à França. Os quatro cavaleiros do apocalipse institucional – FMI (Michel Camdessus), Banco Mundial (James Wolfensohn), ONU (Boutros Boutros-Ghali) e OMC (Renato Ruggiero) – também foram convocados a Lyon para prestar contas aos senhores do mundo.

Bill Clinton tentou seqüestrar o G-7 para só falar de terrorismo: pura estratégia de campanha eleitoral a quatro meses do dia D. França, sob recentes incursões hardcore islâmicas, e Inglaterra, sob recentes atentados do IRA, lembraram-no de que também são vítimas de terrorismo. O grupo aprovou um plano em quarenta itens de combate global à criminalidade e terrorismo que, se implantado, levará a uma polícia sem fronteiras.

O G-7 discordou tanto quanto concordou. Os EUA demonstraram profunda irritação com o “diálogo crítico” da Europa com o Irã. O desacordo, neste ponto, foi total: a América enfrentou um G-6 antiembargo e antiboicote. Para Chirac, ex-

cluir Irã, Cuba e Líbia não é “eficaz” nem “elegante”. O porta-voz do Departamento de Estado retrucou que “ineficaz” era a política europeia. O comunicado final indica que os sete grandes “abstêm-se de recorrer a medidas em contradição com as regras da Organização Mundial de Comércio”. Não se espera a sério que Bill Clinton vá cumprir esta promessa. Também persistiram as turbulências comerciais EUA-Japão – especialmente no que concerne a semicondutores, mesmo depois do encontro bilateral Clinton-Hashimoto.

Mediatizado até a histeria, o G-7 acima de tudo felicitou-se pela irrupção global de 1 bilhão de consumidores de países que evidentemente não fazem parte do próprio G-7. A exclusão do bolo desse prodígio de eufemismo – os “países menos avançados”, marginalizados da globalização (cerca de cinqüenta) – e dos 23 milhões de desempregados dentro do próprio G-7 (a “classe ansiosa”, de acordo com Robert Reich, secretário do Trabalho americano), provocou uma avalanche de comentários irônicos em países em desenvolvimento, especialmente na Ásia.

**Bill Clinton,
numa estratégia
de campanha
eleitoral,
tentou falar só
de terrorismo**

Há duas semanas, a OCDE, o clube dos afluentes sediado no Bois de Boulogne, em Paris, publicou dados alarmantes: em 1995, a percentagem do PIB dos países ricos dedicada a ajuda

a países pobres foi a mais baixa desde 1970. Ao mesmo tempo, no ano fiscal 1994-95, o Banco Mundial lucrou nada menos que US\$ 1,3 bilhão. O G-7 concluiu que o Banco Mundial deve alocar uma parte de suas reservas para refinanciar as dívidas dos países mais pobres. Mas não houve concordância quanto à venda de uma parte do ouro do FMI (US\$ 2 bilhões no momento) para financiar um mecanismo que atende pela kafkiana sigla de “facilidade de ajustamento estrutural reforçado” – ou seja, empréstimos a menos de 1% ao ano com prazo interminável. EUA e Inglaterra foram a favor, porque a venda do ouro não custaria um tostão aos países ricos. A Alemanha foi violentamente contra. O comunicado do G-7 limitou-se a recomendar ao FMI “otimizar a gestão de seus ativos”.

Em política internacional, o G-7

votou a favor de Yeltsin, e exigiu a demissão imediata e incontornável de Radovan Karadžić, presidente da “República sérvia da Bósnia” – que todos consideram um criminoso de guerra em terno cinza. Já o caso Boutros-Ghali permanece em suspenso. A França é a principal aliada de peso do egípcio, francófono e francófilo. O secretário-geral da ONU saiu de Lyon sem saber se o voto dos EUA à sua reeleição é definitivo. A repercussão ao voto na Europa foi péssima. Franceses acusam o Ocidente de voltar a envelopar a face mais bárbara do colonialismo. A “culpa” do secretário-geral da ONU é não se alinhar com os EUA e ouvir com excesso de boa vontade os países excluídos.

O principal problema do G-7 continua sendo de legitimidade. O G-7 vive nos anos 70. Ignora a emergência da Ásia, e especifi-

camente de China, Brasil, Índia e México. Jeffrey Sachs, guru de Harvard, é a favor da admissão de Brasil, Rússia e Índia. Zbigniew Brzezinski, ex-conselheiro de Jimmy Carter, é a favor de Brasil, China e Índia. O Centro de Estudos de Pesquisas Internacionais, em Paris, recomenda China, Índia e ASEAN. Lorde Ralf Dahrendorff, guru de Oxford, espalha velhas concepções ao acreditar que o desafio principal do grupo é combater o desemprego na Europa, é claro. Em um planeta vestido de liberalismo triunfalista, a Europa tenta defender seu modo de vida com nostalgia. Mas toneladas de comunicados bem-pensantes não conseguem esconder o fato de que o desemprego é uma funesta consequência de sua organização econômica e social, e não da globalização.